

CIDADANIA PRÁTICA OU TEÓRICA? PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO PROFESSOR ELISEU VIANA

Robson Diego Silva de Oliveira (1); Bruno Laurentino da Silva (1); Samantha Suene de Abreu Leite (2); Karlla Christine Araújo Souza (3)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, robson2108@gmail.com (1); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, b_laurentino_s@hotmail.com (1); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, samanthaabreuleite@outlook.com (2); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, karlla_chris@yahoo.com.br (3)

Resumo: Não existe um consenso sobre o conceito de cidadania nas ciências sociais, segundo o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, a cidadania é constituída de três elementos: os direitos individuais, políticos e sociais. Na prática cidadania consiste no exercício da atividade política inerente a todo cidadão, na defesa dos próprios direitos e no respeito as liberdades e direitos dos demais. O exercício da cidadania é essencial para uma sociedade mais justa e solidária. A intenção desse estudo foi de identificar como os alunos de uma turma de ensino médio do Centro integrado professor Eliseu Viana compreendem a cidadania em uma perspectiva além das teorias, que também foram abordadas de maneira explanatória neste trabalho, ou seja, as práticas cotidianas estão associadas ao exercício da cidadania? O estudo teve como instrumento de pesquisa uma oficina intitulada “Cidadania: Direitos, Deveres e Participação política”, tanto a oficina como este trabalho foram realizados por um graduando em ciências sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em uma turma de ensino médio da escola Centro integrado Professor Eliseu Viana (CEIPEV). Uma pesquisa bibliográfica do desenvolvimento da cidadania e de contextos atuais de nossa sociedade também foi utilizada neste estudo. A oficina e este trabalho foram elaborados para as avaliações da disciplina de Laboratório de Ensino em Ciências Sociais II do curso de Licenciatura. Durante uma oficina aplicada em uma turma do ensino médio por um graduando em ciências sociais foi utilizada como instrumento de pesquisa, a observação direta através de algumas questões que eram aplicadas de acordo com os relatos de cada aluno as respostas dos alunos foram positivas, demonstraram possuir uma ideia de cidadania relacionada ao exercício de direitos e o cumprimento de deveres em uma vida em sociedade.

Palavras-chave: Cidadania, Prática, Direitos.

INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania é essencial para uma sociedade mais justa e solidária. A intenção desse trabalho foi de identificar como os alunos de uma turma de ensino médio do Centro integrado professor Eliseu Viana compreendem a cidadania em uma perspectiva além das teorias, que também foram abordadas de maneira explanatória neste trabalho, ou seja, as práticas cotidianas que estão associadas ao exercício da cidadania?

A relevância consiste em saber se o ensino básico está cumprindo sua função de entregar ao alunado não apenas uma formação técnica voltada para o mercado de trabalho, oferecendo pelo contrário, uma formação generalista, que o ajude a compreender o contexto social no qual se insere ajudando-o a tornar-se o principal ator social de sua vida através da autonomia e a conviver com os demais atores e suas liberdades e diferenças.

METODOLOGIA

O estudo teve como instrumento de pesquisa uma oficina intitulada “Cidadania: Direitos, Deveres e Participação política”, tanto a oficina como este trabalho foram realizados por um graduando em ciências sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em uma turma de ensino médio da escola Centro integrado Professor Eliseu Viana (CEIPEV). A pesquisa bibliográfica do desenvolvimento da cidadania e de contextos atuais também foi utilizada neste estudo. A oficina e este trabalho foram elaborados para as avaliações da disciplina de Laboratório de Ensino em Ciências Sociais II do curso de Licenciatura.

A oficina na qual foi feita a pesquisa consistiu-se na seguinte prática, foram trabalhadas algumas narrativas curtas, ilustradas com exemplos corriqueiros do cotidiano e que relatavam situações onde uma conduta cidadã era posta em prática. Das três narrativas, duas trazem um exemplo negativo de uma prática cidadã e outra um exemplo de participação política. Após cada um desses exemplos foi feita uma sequência de perguntas, as mesmas para ambos os exemplos, depois de obter as respostas uma breve explicação sobre aquele exemplo, relacionando-o com a ideia de cidadania, foi transmitida aos alunos, já que a intenção era fazer uma observação participativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A idade moderna trouxe consigo mudanças radicais para vida em sociedade. A percepção teológica dos fenômenos sociais, alimentada pela igreja católica e que legitimava uma ordem social hierarquizada, fundada em privilégios de nascença, foi perdendo força diante das críticas internas dos religiosos da reforma e dos cientistas do renascimento. A crise da sociedade feudal e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII também contribuíram diretamente com a mudança de paradigmas.

Neste período o homem passa a questionar as desigualdades através de uma consciência histórica, momento em que acontece uma importante transformação, a do cidadão/súdito para o cidadão/cidadão. Habitar a cidade não basta mais ao homem, os novos tempos exigem que possuam direitos na cidade e não apenas deveres. (MONDAINE, 2010). O fato dos estudos apontarem que o desenvolvimento da cidadania está ligado a vida nas cidades, não excluem o homem do campo como cidadão, é que o contexto da modernidade e principalmente da revolução industrial é marcado pela grande imigração do campo para as cidades, tornando-se estes lugares de grandes desigualdades sociais e, portanto, um ambiente de intensos conflitos sociais.

O desenvolvimento dos direitos dos cidadãos na Europa centro-ocidental é marcado por bastantes conflitos sociais, não transcorre de forma imediata, foram necessários pelo menos três

séculos de acirrados embates que estão relacionados à conquista dos três conteúdos de direito.

O desenvolvimento da cidadania é composto por três tipos distintos de direito. Os direitos Cívicos são compostos dos direitos necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça). Os direitos Políticos consistem em direito de participar no exercício do poder político, como membro de um governo ou de um parlamento, por exemplo, ou como um eleitor dos investidos de tais funções. Já o direito Social se refere àquilo que diz respeito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. O direito à educação, ao trabalho, direito de um salário justo, à saúde e previdência social são exemplos de direitos sociais. Na Inglaterra, esses direitos surgiram em uma determinada ordem cronológica, os direitos cívicos surgiram no XVIII, os políticos no século XIX e por último os direitos sociais no século XX. Na sociedade inglesa, esses direitos foram frutos de conflitos sociais, onde as classes menos favorecidas de direitos reivindicavam-nos através do embate com as classes dominantes. (MARSHAL, 1967).

Thomas Humphrey Marshall elabora sua teoria tomando como exemplo a Inglaterra, é nesse país o ponto de partida para o desenvolvimento da cidadania, pois é lá que acontece a primeira revolução burguesa da história, a revolução inglesa (1640-1688). Mesmo as revoluções burguesas sendo a longo prazo revoluções conservadoras, pelo fato de a burguesia manter uma posição dominante, naquele cenário essas revoluções foram necessárias, pois romperam com a visão teológica das coisas e com o conformismo das massas.

No período colonial do Brasil não havia circunstâncias culturais para o desenvolvimento da cidadania, um país com dimensões continentais, possuía uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia latifundiária com grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários e um estado absolutista. O país surgiu da dominação e extermínio dos indígenas pelos europeus e posteriormente tornou-se uma sociedade escravocrata. Os homens livres na sua grande maioria eram analfabetos e não gozavam de direitos, eram submetidos aos interesses dos poucos senhores de terra. Não era um ambiente propício ao desenvolvimento da cidadania.

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos cívicos básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos cívicos, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. Os que fugiam para o interior do país viviam isolados de toda convivência social, transformando-se, eventualmente, eles próprios em grandes proprietários. (CARVALHO, 2002, p.21).

No Brasil os direitos políticos largaram na frente, segundo o cientista político e historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, a independência ocasionou alguns avanços no terreno dos direitos políticos, mas, mesmo sendo parcialmente influenciado pelo liberalismo, o novo império continuou a ignorar a existência da escravidão, por esse motivo não se considera a existência dos direitos civis, já que não existia a igualdade de todos os homens diante da lei.

Mesmo a Carta Magna no início do século XIX permitindo o voto a todos os homens com certa idade e renda, incluindo analfabetos, a maioria dos cidadãos não tinha noção do que era um governo representativo. Já os servidores públicos, que eram mais esclarecidos, votavam segundo a vontade do governo. As eleições eram uma ferramenta de dominação de alguns políticos e não uma prática de cidadania.

A proclamação da república não trouxe grandes mudanças, na verdade houve um retrocesso nos direitos políticos, os analfabetos foram excluídos das votações. Ao adotar o modelo de federação, onde os governantes dos novos estados passaram a ser eleitos pela população, ocorreu a formação de oligarquias locais, pois se apenas uma pequena parte da população elege um representante local, as famílias privilegiadas de cada estado estavam com o caminho aberto para o poder público. Quanto aos direitos civil e social, durante o período da colonização até o final da república velha, pode-se dizer muito pouco, a sociedade brasileira ainda era escravocrata mesmo com a abolição formalmente concretizada, uma vez que o estado negligenciava a assistência social.

Grande parte do século XX foi marcado por golpes de estado e governos autoritários. Mas é nesse período onde se encontra a origem do que conhecemos por direitos sociais no Brasil, tais como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma legislação trabalhista e previdenciária.

Por outro lado, os direitos civil e político estiveram ausentes no período de 1964 a 1985 uma experiência de regime ditatorial militar que marcou um momento difícil para a cidadania no Brasil. Os direitos civis e políticos foram violentamente atacados por uma série de governos autoritários, as liberdades eram violentadas, houve perseguições políticas e até mesmo relatos de homicídios e torturas. Os direitos sociais conquistados outrora foram mantidos como uma espécie de “paternalismo nacional”. O período ditatorial teve seu fim em 1985 graças às mobilizações civis pelas diretas já, partidos que se opunham ao regime e a pressões internas.

Em 1988 através de uma assembleia constituinte é fundada uma nova constituição que passa a ser considerada a mais democrática da história do país, intitulada constituição cidadã, que garante os direitos individuais, proteção a dignidade dos indivíduos e um estado democrático. Pelo menos formalmente este é o momento em que a sociedade brasileira se torna uma sociedade cidadã, a constituição atual permite um conjunto de práticas cidadãs, o respeito

aos direitos dos indivíduos, a liberdade de manifestação e participação política, o pluralismo religioso, o combate ao preconceito étnico, a defesa da dignidade humana e os direitos sociais.

A cidade em que vivemos é dividida em vários mundos, quer dizer que todo o espaço de uma cidade é constituído de ambientes distintos, porém complementares. Há o ambiente de trabalho onde vivemos boa parte de nossas vidas e firmamos várias de nossas relações sociais; há a moradia, onde passamos maior parte de nosso tempo, propícia ao descanso; ambientes de lazer, religiosos, de prestação de serviços públicos, de trânsito, etc. O primeiro exemplo levantado com os alunos envolve aspectos de um fenômeno público e privado e envolve um direito primordial que é o da liberdade de circulação.

Um indivíduo sai de sua moradia, atrasado para ir ao seu ambiente de trabalho, durante o percurso se depara com um semáforo vermelho, uma regra proposta pelo sistema de circulação. Ao analisar rapidamente a situação, o indivíduo decide transgredir essa regra e ultrapassar o semáforo. Após esse exemplo, foi perguntado aos alunos o seguinte “Vocês já presenciaram, ou até mesmo fizeram algo assim?” Alguns alunos responderam essa questão, afirmaram ter presenciado, mas apenas um aluno compartilhou uma experiência na qual ele foi o praticante do ato, segundo o aluno, ele ultrapassou o semáforo vermelho em uma motocicleta e quase provocou um acidente.

A segunda pergunta foi “como você se sentiu ou se sente e como você imagina que o outro se sente ao praticar ou presenciar tal ação?” A maioria dos alunos respondeu que tem um sentimento de indignação, aqui foi percebida uma certa omissão dos alunos em imaginar como o outro se sente ao ter seus direitos transgredidos ou negados, somente com o decorrer da oficina e a repetição das questões de modo a provocar uma reflexão mais apurada foi que os alunos começaram a enxergar o outro como categoria importante na discussão.

Sobre esse primeiro exemplo, no mundo público da circulação urbana, nos deparamos com essas regras que têm como objetivo estimular o indivíduo a respeitar a integridade do outro e proteger a si mesmo. Porém esses estímulos também podem afetar negativamente, tornando o ambiente um local menos propício para práticas cidadãs, é o caso de uma cidade sem um planejamento urbano adequado onde o indivíduo se vê constantemente em situações estressantes. Outros fatores do mundo particular podem condicionar o indivíduo a emoções contrárias ao exercício da cidadania, como a raiva.

Avaliemos nossa vida à luz dessas possibilidades nas grandes cidades brasileiras. Saímos descansados e recompostos do mundo da moradia, porque ali encontramos um ambiente de conforto ambiental e segurança, mas logo em seguida enfrentamos um sistema de circulação estressante. Nele, somos estimulados negativamente, de modo que aquilo que recuperamos no mundo da moradia perderemos tão logo adentremos no mundo da circulação. Obviamente se morarmos em um mundo já estressante por se próprio, como um cortiço ou favela, o estresse adicional do mundo

da circulação se ampliará a um nível que talvez nenhuma carapaça emocional protetora conseguirá neutralizar. (MALTA, 2004, p.123).

Um segundo exemplo foi problematizado com os alunos. Uma pessoa em uma fila de um banco movimentado percebe uma oportunidade de passar à frente dos demais sem que eles percebam, e assim o faz. As mesmas perguntas lançadas no exemplo anterior foram repetidas aqui. “Vocês já presenciaram, ou até mesmo fizeram algo assim?” E “como você se sentiu ou se sente? Como você imagina que o outro se sente ao presenciar tal ação? Ninguém respondeu que já tinha feito ou presenciado esse tipo de prática, reagiram com desaprovação, afirmaram que se sentiriam estressados e não permitiriam algo assim acontecer. O outro foi lembrado nas respostas, como por exemplo “Todos têm os mesmos direitos” e “É revoltante para os que estão na fila”.

É possível destacar nas respostas relacionadas a esse exemplo o ponto de vista de dois alunos acerca da corrupção e da prática cidadã. Um dos alunos falou que na “oportunidade” de transgredir uma fila ele o faria, fundamentou sua resposta afirmando que infelizmente a sociedade brasileira é corrupta e que de certa forma essas práticas não iriam alterar esse quadro. Além disso o aluno afirmou que no caso dele não aproveitar essas “oportunidades” outro o faria.

A corrupção nasce da fragilidade dos laços sociais existentes em uma sociedade mais coesa, que é uma sociedade onde todos compartilham um sentimento de participação de uma comunidade. (RIBEIRO, 2000). O fato de vivermos em uma sociedade cada vez mais individualista, onde as relações são cada vez mais frágeis e no cenário específico do Brasil, onde diariamente os jovens têm acesso a relatos de corrupção envolvendo os políticos e o estado, pode desestimular o indivíduo a pensar em si enquanto membro de uma comunidade, a acreditar nos seus semelhantes e a realizar práticas cidadãs em seu cotidiano.

Uma segunda aluna demonstrou maior otimismo ao ouvir a afirmação do colega de classe. Segundo a aluna, o pensamento negativo de mudança atrapalha o combate a corrupção, é preciso que as práticas cotidianas de respeito aos direitos dos outros e dos próprios direitos sejam usadas no nosso cotidiano, afirma que é mudando essas atitudes que o país vai melhorar. Reforçando o que foi dito pela aluna, Malta considera: [...] “O fato é que cada passo dado, por menor que possa parecer, poderá contribuir de modo positivo para alterar o processo mais amplo.” (MALTA, 2004, p. 125).

Por último, um exemplo envolvendo uma situação de participação política. Um cidadão cansado de sofrer com a coleta irregular do lixo em sua rua decide tomar algumas providências. Ao perceber que em seu bairro não existe uma associação de moradores, ele mobiliza os demais moradores através do diálogo, expõe as situações e propondo uma associação para reivindicar os direitos dos moradores. Feito isso, propõe reivindicar junto ao órgão com a competência de garantir a coleta no bairro. Em seguida as mesmas questões levantadas nos outros

dois exemplos foram usadas aqui. Os alunos primeiramente não demonstraram disposição para responderem, um único aluno compartilhou o motivo que o levou a participar de uma chapa de grêmio estudantil em sua escola. Segundo este, foi para reivindicar melhorias para os seus colegas, neste momento foi lançada mais uma pergunta aos alunos com a intenção de provocá-los, “O que vocês acham do fato do colega de vocês participar do grêmio para buscar melhoria para todos vocês?” A resposta veio por meio de uma ou duas palavras como “Legal” ou “Bacana”.

O Estado em certas ocasiões não consegue responder às demandas da sociedade, principalmente os segmentos marginalizados, que se juntam em torno de um problema comum. No processo de reivindicação e de luta, os sujeitos organizados coletivamente constroem sua autonomia diante do estado, expressando suas aspirações e necessidades tornam-se atores sociais, que não lutam apenas por políticas públicas, lutam para serem reconhecidos como parte da sociedade e pela construção e efetivação de seus direitos. A participação política nasce do coletivo e não há como resumi-la a um simples ato individual.

Efetivamente, são formas diferenciadas de expressão e ação coletiva, com ou sem conteúdo político explícito a depender dos seus objetivos e contextos. O importante é considerar o elemento político na relação social, mesmo quando se pretende negar o Estado na busca de autoafirmação coletiva e autogoverno e na tentativa de construção de uma identidade como ator político. Uma tal complexidade não pode ser reduzida a um mero ato eleitoral, episódico, individual, atomizado, mesmo que possa ter efeito aparentemente decisório. (TEIXEIRA, 2001, 26).

O fato de não haver respostas mais elaboradas acerca do tema participação política pode significar uma falta de disposição da turma para com esse tema. A participação política faz parte de uma prática cidadã. Se estes alunos pretendem viver em uma sociedade cidadã, é preciso que comecem a atuar em seus mundos. Para que alcancem uma mudança social, como uma sociedade menos corrupta, precisam começar a mudar a concepção/disposição sobre participação política, isso se quiserem alcançar uma mudança social mais ampla.

Para alcançar processos sociais mais amplos, a mudança deve começar a partir dos “mundos” onde atuamos, em nosso cotidiano. Especialmente no mundo da moradia, por exemplo, podemos agir de muitos modos. Um dos modos mais efetivos será sempre a opção de nos organizarmos em associações de moradores. Ou, então, se for o caso ajudarmos a fundar uma, se nenhuma existir no bairro ou se a que porventura já exista tenha sido dominada por cabos eleitorais e esteja servindo apenas de correias de transmissão para práticas clientelistas de atendimento a demandas muito específicas, que em nada ajudam a reverter a degradação do ambiente social. (MALTA, 2004, 125).

No final da oficina foi feita a seguinte indagação aos alunos: Vocês acham que a nossa conversa foi uma aula de cidadania? Se sim, o que vocês entendem por cidadania? Os alunos responderam que sim, haviam assistido a uma aula sobre cidadania e que esta consistia em um

conjunto de atitudes e ações cotidianas que envolvem defender os seus direitos e respeitar o direito do outro. Mais uma vez os alunos não enfatizam a importância da ação política na construção da cidadania.

CONCLUSÃO

É importante entender que a cultura não é estática e o desenvolvimento da cidadania está relacionado com a cultura de um povo. No Brasil, segundo José Murilo de Carvalho (2002), o processo histórico da cidadania foi diferente. A ordem cronológica apontada por Marshall não se aplica ao Brasil, os três elementos do direito foram constituídos em ordem diferente e até mesmo simultaneamente, mas o que Carvalho chama a atenção é que se na Inglaterra esses direitos foram conquistados com luta, tendo as massas como percussores. No Brasil tivemos uma cidadania que se deu de cima para baixo, ou seja, a elite foi gradativamente cedendo alguns direitos para as classes menos favorecidas, como uma forma de manutenção do poder.

Espera-se dos alunos de ensino médio uma certa compreensão sobre a cidadania nessa perspectiva de direitos, deveres e participação política, espera-se também que eles entendam que suas ações no cotidiano se relacionam diretamente com esses conceitos. De fato, o resultado esperado foi alcançado, ao responderem as questões os alunos de ensino médio da turma em que foi feito o estudo demonstraram compreender que vivemos em uma sociedade que tem suas relações organizadas pelo dever de preservar esses direitos, seja o seu próprio direito ou o dos demais indivíduos.

Compreendem também que suas ações, mesmo as mais simples correspondem a todo um conjunto que dá origem às relações sociais e conseqüentemente à cidadania. Com relação à noção de participação política, no nosso país a mesma não é culturalmente encorajada, essa deficiência já mostrada no contexto histórico do desenvolvimento da cidadania no Brasil pode ser combatida pelos que entendem a importância de se organizar politicamente, buscando divulgar a ideia, esclarecer as pessoas no seu cotidiano e tomando a frente na criação de qualquer tipo de mobilização política, seja um grêmio estudantil ou um partido político. Claro, a escola e os professores devem exercer o papel de orientadores dos seus alunos durante esse processo.

É compreensível que alguns alunos demonstrem certo pessimismo com relação ao tema cidadania, mas mesmo com essa perspectiva, estes alunos demonstram o que pensam ou o que esperam da sociedade em que vivem. Por mais negativo que possa parecer, o fato de elaborarem um panorama do ambiente social em que vivem já comprova que o aluno tem uma série de informações e cabe ao professor, ou aqueles que acreditam em uma realidade mais participativa, orientar o outro, mostrar que as ações particulares, mesmo que pareçam isoladas e sem efeitos podem transformar a

realidade social em que vivem.

Esse tipo experiência estudante/professor/pesquisador exerce grande importância na formação dos futuros profissionais da área das ciências sociais, principalmente o futuro professor, tanto oportunidade prática de elaborar e executar uma oficina para os alunos da educação básica, quanto por aliar a isso a pesquisa. Para que possamos consolidar metodologias e práticas no ensino de sociologia é preciso que os professores não se limitem a reprodutores do conhecimento já existente, é necessário que durante as aulas este profissional também adote uma postura de pesquisador, procurando identificar as deficiências e as qualidades do aprendizado dos jovens. No caso deste trabalho, durante a oficina foi realizada uma pesquisa com o objetivo de saber o que os alunos entendem por cidadania em um sentido prático e cotidiano, na expectativa de darmos continuidade à prática a partir da reflexão.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3 ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MALTA, Cândido. **Práticas cidadãs para uma nova cidade.** In: PINSKY, Jaime (Orgs). **Práticas de Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004.

MONDAINE, Marco. **O Respeito aos direitos dos indivíduos.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Bassanezi (Orgs). **História da Cidadania. 5. ed.,** São Paulo: Contexto, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.